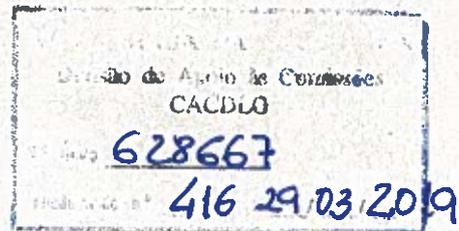


Rejeitada na reunião de  
CACDLO de 3.4.2019, com votos  
contra do PS, BE e PCP  
e a favor do PSD e do CDS/FP,  
na ausência do PSE



Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,  
Dr. Pedro Bacelar de Vasconcelos

### REQUERIMENTO

Na audição realizada na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias no passado dia 26 de março de 2019, no âmbito da apreciação na especialidade da PPL 122/XIII/3 (GOV) – «Altera o Estatuto dos Magistrados Judiciais», a Associação Sindical de Juizes Portugueses (ASJP), através do respetivo Presidente, Dr. Manuel Soares, anunciou que foi viabilizado um acordo com o Ministério da Justiça a respeito deste processo legislativo, informando os Deputados presentes nessa reunião que não lhes competia divulgar o teor desse acordo.

É assim inegável que existe um acordo entre o Governo e a ASJP sobre as alterações ao Estatuto dos Magistrados Judiciais. Tornou-se, também, evidente no decurso da audição suprarreferida que o Grupo Parlamentar do PS o conhece. Contudo, os restantes Grupos Parlamentares restam em total ignorância acerca do teor do mesmo.

A gravidade deste desconhecimento é acentuada por se encontrar na fase crítica de funcionamento, no âmbito da 1.ª Comissão Parlamentar, um Grupo de Trabalho criado com a missão específica de analisar e propor alterações ao Estatuto dos Magistrados Judiciais. Ainda, porque a audição do Senhor Presidente da ASJP na 1.ª Comissão resultou praticamente esvaziada de conteúdo e de sentido já que tinha precisamente por objeto esse tema. E, sobretudo, devido a que a Senhora Ministra da Justiça foi ouvida em audição regimental na mesma 1.ª Comissão Parlamentar no passado dia 13 de março de 2019 e ficou-se num estranho silêncio acerca do acordo que, sabemos agora, já estaria concluído.

A revisão dos Estatuto dos Magistrados Judiciais não pode ser transformada num “jogo de cabra-cega” em que todos falam num acordo que só poucos conhecem.

Para o Grupo Parlamentar do PSD é meridianamente claro que num processo legislativo fundamental para o futuro da Justiça portuguesa aconteceu uma subtração de matéria relevante por parte do Governo para com a Assembleia da República com intuítos políticos



GRUPO PARLAMENTAR

democraticamente exíguos. É, ainda, inequívoco que esse comportamento denota um desvio à necessária cooperação e lealdade institucional entre dois órgãos de soberania. E, por último, ficou patente que os Deputados do PSD estão cerceados na sua faculdade de proceder a um trabalho capaz e curial e com os elementos de trabalho relevantes para tal. E que tudo isso é democrática e parlamentarmente inadmissível.

Pelo exposto e no intuito de conhecer o teor integral das propostas acordadas com a ASJP no âmbito da revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais, os Deputados do Partido Social Democrata abaixo-assinados vêm requerer que a 1.ª Comissão solicite à Sra. Ministra da Justiça o envio das propostas que consubstanciam o acordo alcançado com a referida Associação Sindical.

Palácio de S. Bento, 28 de março de 2019

Os Deputados do PSD,

Carlos Peixoto

Andreia Neto

Carlos Abreu Amorim